

FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260

CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REALIZADA AOS SEIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às nove horas, no auditório da empresa Fertimport – Bunge, Município de São Francisco do Sul, presentes os *Conselheiros Titulares*: Marco Antônio Dechichi, Presidente do CAP/PSFS e Ruidemar Freire da Rocha, do Bloco do Poder Público; Paulo César Cortês Corsi, Luiz Felipe A. de Oliveira Figueiredo e Fernando Amadeu da Rocha Cortez, do Bloco dos Operadores Portuários; Hilário W. Medeiros e Oscar Schmidt Neto, do Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários; José Antonio Emilio, Johni Richter, Milton Rodrigues de Camargo e Jorge Henrique Canizio Sampaio, do Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins; *Conselheiros Suplentes:* Leopoldo Heitor Capelini Kirchner, Renato Gama Lobo, Edson de Oliveira, Idemilson Ribeiro, Paulo José de Carvalho Felício, Jaqueline de Azevedo Gamper e Luiz Antonio de Matos. Autoridades: Alexandre Lopes Vianna (Capitão de Corveta da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul), Ubirajara Monteiro (Comandante do 10º Batalhão de Engenharia e Construção) e Luciano Raizer (Chefe da Polícia Federal de Joinville).

Pauta: 1 – Abertura, verificação de presenças e aprovação da Ata da 127ª Reunião Ordinária; 2 - Formalização pelo Presidente do Conselho; 3 – Relato do senhor Paulo César Côrtes Corsi – Presidente da APSFS, sobre a situação das obras e ações que estão sendo implementadas no Porto; 4 – Assuntos Gerais; 4.1 – Apresentação do relatório, pelo GT 03, sobre a proposta de reajuste tarifário do Porto de São Francisco do Sul; 4.2 – Apresentação: "Novas tecnologias em geotecnia, aplicadas em áreas portuárias", pelo Engenheiro Geraldo Andrade – TESC; 5-Encerramento.

Dando início à reunião, o Presidente do CAP agradeceu ao senhor José Antonio Emilio, da empresa Fertimport - Bunge, por ceder o auditório da mesma, para a reunião do CAP/PSFS. O senhor José Antonio Emilio deu as boas vindas a todos, em nome da Fertimport - Bunge e passou a palavra ao senhor Felipe, Coordenador Operacional da Bunge de São Francisco do Sul, que passou um vídeo institucional para todos conhecerem melhor, os serviços prestados pela referida empresa.

- 1 A seguir, foi lida e aprovada sem ressalva, a Ata da 127ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de novembro de 2007.
- 2 O senhor Leopoldo Heitor Capelini Kirchner, Conselheiro Suplente do Presidente, fez a leitura da pauta da 128ª Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária (CAP).
- 3 Prosseguindo a reunião, o senhor Paulo César Côrtes Corsi, fez um balanço da atual situação do Porto de São Francisco do Sul, por ser a última reunião do ano e também por ser o primeiro ano de sua gestão frente ao Porto. Agradeceu a colaboração de todos, irrestritamente, que compreenderam o sistema portuário neste ano de 2007. Explicou que por se tratar de uma Autarquia Pública, muitas vezes não se consegue obter resultados rápidos. Avaliou o ano como bom, preparatório para um futuro melhor. Citou como preocupação básica a continuidade do processo de liberação de recursos do Governo Federal, que neste ano teve um agravante, que foi a implantação da Secretaria Especial de Portos, que substituiu as funções do DNIT, gerando então uma descontinuidade do processo, onde se teve que reapresentar e restabelecer os contatos e os pleitos. Ressaltou a continuidade das obras neste período e a liberação de recursos para os próximos passos. Também foi conseguido, dentro do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), colocar um pleito, já assimilado, de noventa e cinco milhões de reais, para dragagem e aprofundamento do canal de acesso, para quatorze metros, onde está previsto o início da obra para novembro de 2008, com possibilidades de antecipação, caso se tenha a licença ambiental. Em relação à licença ambiental, devido ação judicial impetrada pelo Ministério Público, especificamente no caso de São Francisco, foram canceladas as licenças ambientais emitidas pela FATMA, mas nesse período não ocorreu a paralisação das obras. Portanto, conseguiu-se restabelecer as que já estavam em andamento, mas as futuras, que é o caso da



FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260

CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

dragagem e do berço 401, foi preciso reconduzir esse licenciamento junto ao IBAMA. Espera-se que no início do próximo ano já se tenha a licença ambiental emitida. A solicitação de licença junto ao IBAMA é para considerar a primeira fase da dragagem e manutenção do canal de acesso para treze metros, o que assegura o processo de licenciamento mais rápido. Os resultados operacionais do Porto são bastante favoráveis, fechando o ano com recordes, praticamente em todas as fainas e no total de movimentações, apesar da interferência do processo das obras e da dragagem. Em termos estatísticos, citou o valor previsto do volume total do Porto até o fechamento do ano, de aproximadamente, oito milhões e meio de toneladas, aumentando em torno de seis por cento, em relação ao ano anterior. Também em relação ao ano de 2006, notou-se um aumento bastante significativo no granel, onde se prevê o valor em torno de cinco milhões de toneladas e em relação à quantidade de navios, relatou o recorde histórico, de quinze por cento a mais. Em se tratando de carga geral, obteve-se resultados favoráveis, o que favoreceu também a economia local. Bateu-se o recorde histórico, no mês de outubro, com trezentos e setenta mil toneladas. Citou também como importante, a volta da empresa Vega às operações do Porto, motivando assim a recuperação do berço 201. Salientou, em termos de recursos assegurados, a dragagem, que no momento depende do processo de licenciamento e os recursos para o berço 201, cuja obra deverá iniciar no próximo mês. Também citou que se tem assegurado os recursos para o futuro berço, 401-A, que deverá iniciar sua execução no segundo semestre do próximo ano, com a devida licença ambiental emitida pelo IBAMA, visto que a que se possui, da FATMA, não poderá ser utilizada. Comentou sobre a dragagem, de sucção e recalque, nos berços 102 e 103. Houve um atraso devido aos obstáculos encontrados, mas já se encontra em fase final e dentro de pouco tempo será homologado o aumento da profundidade do Porto.

O Diretor Administrativo do Porto de São Francisco do Sul, Carlos Chiodini, explanou sobre o demonstrativo financeiro até o fechamento de outubro do corrente ano, o qual disponibilizou aos presentes, material contendo esses dados. Explicou que no relatório gerencial apresenta a receita e despesa do Porto conforme a fonte de arrecadação, com valores de arrendamento, dividendos, depósitos bancários, rendimentos sobre os convênios da União, despesas bancárias não vinculadas (remunerações do próprio caixa), arrecadação sobre a infra-estrutura portuária e terrestre, serviços eventuais, taxas de embarcações, de operadores, serviço de armazenagem, multas e juros e receitas diversas. Também citou a importância de estar apresentando esse relatório trimestralmente, para os Conselheiros e usuários conhecerem a situação financeira do Porto, com as respectivas receitas e despesas.

O senhor Paulo Corsi comentou sobre a sistemática do caixa único, que é uma medida administrativa, determinada por lei estadual, que toda Autarquia Estadual está inserida nesse contexto. Daí a dificuldade jurídica de desvincular o Porto do caixa único, por causa da existência da lei estadual. Esse processo de desvinculação se dá, em primeiro lugar, por solicitação da ANTAQ, por constar no Contrato de Concessão, e em segundo lugar, pela questão administrativa do Porto, para agilizar o processo de compras, do processamento de licitações, etc., Explicou que o caixa único não significa o uso indevido dos recursos do Porto para outras áreas da Administração, cujas aplicações são fiscalizadas pela ANTAQ. Agora o processo de desvinculação da conta do Porto com a conta única do Estado encontra-se em fase final, já passado pela compreensão do Governador, estando na Procuradoria Geral do Estado, para dar uma solução jurídica.

O senhor Carlos Chiodini acrescentou que o caixa único surgiu como uma melhoria de gestão, em 2004, onde a Fazenda puxou para si essa responsabilidade. E desde que foi criado não se teve problema nenhum referente à contenção de recurso para o Porto. A ANTAQ notificou o Governo do Estado, explicando a personalidade jurídica e da função do Porto, e também que o recurso proveniente da receita portuária deve constar de conta específica por ser da União e aplicado exclusivamente no Porto, conforme estabelece o Contrato de Concessão.

O Capitão Ubirajara comentou sobre as obras no berço 102 e a drenagem da Avenida Engenheiro Leite Ribeiro, onde a possibilidade de alagamento hoje, é quase nula. Apresentou fotos das obras desde o início da sua missão.

4) Assuntos Gerais:

Em continuidade, o Capitão Ubirajara aproveitou a oportunidade para se despedir e apresentar o novo Comandante do 10º Batalhão de Engenharia e Construção do Destacamento Içá-Mirim, senhor Roberto Wagner Nogueira, pois foi designado para outra missão, que como todo soldado, possui missões com início e término.



FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260

CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

Agradeceu a oportunidade de trabalhar com várias pessoas do segmento portuário e disse que foi uma experiência muito gratificante.

O Capitão Wagner explicou que o Batalhão possui dois braços, o operacional e o administrativo, onde cada um recebeu uma missão e que agora serão invertidas as missões. Parabenizou, em nome do Batalhão, o trabalho do Capitão Ubirajara e disse esperar poder cumprir sua missão, da melhor forma possível, assim como foi feita pelo Capitão Ubirajara.

O Presidente do Porto agradeceu ao Capitão Ubirajara pelo exercício de sua missão, pelo seu patriotismo, pela sua postura ética e profissional, pela sua flexibilidade, entendendo o quão importante é manter o Porto operando. Entregou-lhe uma pequena lembrança e solicitou uma salva de palmas.

O senhor Marco Dechichi, em nome do CAP, também agradeceu o excelente trabalho realizado, com muita dedicação, pelo Capitão Ubirajara e pelo Exército Brasileiro.

4.1 – Prosseguindo a reunião, o relator do Grupo de Trabalho GT/CAP 03, Luis Antonio de Matos, relatou a reunião realizada no dia quatro de dezembro de dois mil e sete, onde foi analisada pelos conselheiros presentes, a proposta de reajuste tarifário do Porto de São Francisco do Sul, o qual foi sugerido pela APSFS, o índice 39,73%.

Segundo o relator, o Grupo de Trabalho concluiu, por consenso, recomendar o índice proposto pela APSFS, pois a mesma necessita honrar com a contrapartida para vários investimentos em andamento.

O conselheiro José Antonio Emilio ressaltou a importância do reajuste, objetivando investimentos futuros e também fez uma comparação com portos da região, onde as tarifas encontram-se bem acima do valor solicitado pelo Porto de São Francisco do Sul, o qual não sofre reajuste desde 1997.

A conselheira Jaqueline Gamper citou a importância de se lembrar, dentro desses valores, a atualização anual de valores, e que assim que seja aumentada a energia elétrica, seja repassada, para não haver um impacto muito grande.

O senhor Marco Dechichi explicou que as tarifas de fornecimento de água e energia elétrica, antes agregadas, foram separadas em parcela correspondente à administração, pelo Porto, e valor cobrado pelas concessionárias. Portanto, nessa nova proposta, quando ocorrer reajuste do valor da tarifa da concessionária, este será repassado aos usuários.

O conselheiro Johni Richter chamou a atenção quanto ao tempo em que esses valores ficaram sem correção, o que acarretou agora um aumento bastante significativo, tornando assim bastante onerosa a proposta.

O conselheiro Fernando Cortez ressaltou a questão que se o valor da tarifa for transformado para dólar, o valor do aumento passa para oitenta por cento e que para o armador esse valor será alto, podendo criar dificuldades para os contratos a serem assinados no próximo ano.

O conselheiro José Emilio fez a seguinte ressalva: caso se pretenda ter um Porto com quatorze metros de profundidade, tem que dar alguma contrapartida de recurso.

O conselheiro Renato Gama Lobo comentou sobre a existência de prioridade, conforme citado pelo conselheiro José Emilio e sugeriu a elaboração de uma conta que alcance os objetivos financeiros da contrapartida, para ver qual o índice ideal que atenda os interesses do Porto, da comunidade e dos usuários.

O Presidente do Porto inteirou que esse assunto vem sendo analisado há bastante tempo. O índice que deveria ser aprovado, seria de oitenta por cento, se for feita a conta sugerida pelo conselheiro Renato. E apelou para se pensar em operação do Porto, na manutenção, no dia-a-dia, esquecendo um pouco a contrapartida. O Porto deveria ter um contrato ativo de manutenção de dragagem, de sinalização náutica e de monitoramento ambiental, e necessita a vinda de recursos para essas manutenções. Lembrou que se está tratando de uma empresa pública, com funcionários concursados, onde não existe a possibilidade de diminuição de pessoal, como é o caso de empresa privada. Então, o que sobra para custeio são valores irrisórios que não cobririam nem um dos contratos ativos que são necessários. A sugestão é apresentar mensalmente os gastos do Porto e se detectado sobra de caixa aprova-se



FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260

CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

uma redução, mas mantendo o reajuste proposto. O que não se pode é correr o risco de perder certificações, de paralisações comerciais e operacionais, por falta de recursos. Citou a importância de se comparar com outros portos porque é desse modo que o armador faz a escolha. Infelizmente, ninguém gostaria de aumentar o valor da tarifa, e sim reduzir, mas existe um futuro pela frente e o Porto precisa estar preparado para poder continuar operando.

O conselheiro Johni Richter perguntou quanto o aumento proposto vai gerar de receita.

O senhor Paulo Corsi respondeu que de um milhão e meio passará para um milhão e novecentos. O que o Porto precisaria seria de oitenta por cento, mas por indicação da ANTAQ, que adiantou que este índice não seria aprovado, foi sugerida a metade do valor, que é o reajuste mínimo solicitado. Sugeriu a aprovação e que se faça um monitoramento mensal das receitas e despesas. Um dos problemas é que se não for aprovado agora, não terá como entrar no orçamento do Porto, o que complicaria além da questão financeira, a orçamentária, pois, mesmo que se tenham recursos, não poderá ser aplicado, visto que pela lei da responsabilidade fiscal, não se pode prever gasto sem que haja receita. O outro problema é que o processo de reajuste tarifário é moroso, o que não se pode imaginar que vai se conseguir um outro em breve.

O conselheiro Luiz Felipe Figueiredo comentou sobre o reconhecimento dos armadores referente aos investimentos que o Porto vem realizando e reconhece também a necessidade de se ter recursos para que se tenha continuidade, o que retornará em benefício de todos, entretanto, preocupam-se com o custo total, o conjunto de despesas, que pagam para vir até o Porto de São Francisco do Sul, onde não consta somente a tarifa, mas também a praticagem e rebocador.

O prático Gustavo Fontinelli Matias explicou que o valor cobrado pela praticagem não é oneroso se comparado aos outros portos.

O senhor Fernando Cortez comentou que se deve levar em consideração o tempo de praticagem quando se comparar a outro porto, podendo então com certeza, ser mais oneroso no Porto de São Francisco do Sul e perguntou se há a possibilidade de se reajustar a tabela anualmente, sem a interferência da ANTAQ.

O senhor Marco Dechichi respondeu que não existe essa possibilidade, pois esta sistemática decorre de uma portaria do Ministério da Fazenda. Após proposição da senhora Jaqueline Gamper, sugeriu aprovar o reajuste proposto e depois negociar com o Administrador do Porto, uma escala gradual.

O senhor Carlos Chiodini ressaltou que a defasagem é proporcional em todos os sentidos.

O senhor Ângelo Pedroni ressaltou a importância da dragagem, onde São Francisco do Sul, com a vantagem que terá com uma profundidade de 13 metros, cujos portos vizinhos não possuem esta característica, tornaria o Porto um dos melhores destinos para receber os grandes navios que é a tendência futura. Ressaltou, segundo pesquisas, que em 2008 vai haver falta de cais por falta de profundidade e então essa questão deve ser analisada pensando-se no futuro.

O conselheiro Luiz Antonio de Matos citou a atuação de sua empresa em vários portos e no Porto de São Francisco do Sul, com grandes investimentos, e explicou que antigamente se achava que tarifa de baixo valor iria atrair investimento e armador, e o que atrai na verdade é a eficiência. Porque se pensa em valor mas não se pensa em custo e afirmou que não adianta ter um porto com tarifa pequena mas que não possui condições de efetuar operação nem condições de amortizar os investimentos que a iniciativa privada está fazendo na retaguarda e o que se precisa é de um porto com excelentes condições de operação.

Na següência, foi aprovado por unanimidade, o relatório do Grupo de Trabalho 03 do CAP/PSFS.

O Presidente do CAP informou aos presentes que a ANTAQ contratou uma empresa que está fazendo a comparação dos valores das tarifas nos portos europeus e portos brasileiros e foi constatado que dentro da logística de transporte da carga, o custo da tarifa nos portos brasileiros gira em torno de 1,5% e nos europeus, em torno de 5%. Na França, para exemplificar, para se alterar o valor da tarifa, passa pela discussão e aprovação do Legislativo.



FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260

CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

O Presidente do Porto explicou o funcionamento do processo do reajuste, cuja documentação encontra-se na ANTAQ, a qual após aprovada, é encaminhada ao Ministério da Fazenda, para pronunciamento em quinze dias. No caso de não pronunciamento será considerado aprovado e vai para publicação no Diário Oficial da União (DOU). Ressaltou que o relatório do Grupo de Trabalho é conclusivo e foi bastante discutido, onde todos tinham conhecimento do assunto que estava em pauta. Perguntou ao Presidente do CAP, se é possível obter a aprovação do CAP, da homologação do reajuste "ad referendum". O Presidente do CAP respondeu que seria tratado como uma proposta, seguindo para votação. Caso seja aprovado tornar-se-á uma resolução. Por conseguinte, o Porto poderá aplicar o reajuste após aprovado pela ANTAQ e publicado no DOU, "ad referendum" de sua homologação pelo CAP.

A senhora Jaqueline Gamper perguntou como ficaria a questão tratada no relatório, onde foi condicionada a aprovação dos índices à não permanência dos recursos no caixa único do Estado.

O senhor Paulo Corsi informou que este assunto está sendo tratado junto ao Governo do Estado e não tem porquê o Porto ficar aguardando esse processo se já existe o compromisso de retirada dos recursos da receita do Porto do caixa único do Estado. Explicou que o Porto não faz parte do caixa único e sim, de um procedimento administrativo que se chamou conta única.

O senhor José Emílio pediu um esclarecimento quanto ao fato da instituição do caixa único ter nascido em 2004 e somente em 2007 é que foram enviadas as guias para recolhimento dos numerários em caixa único, sem maiores informações e também informou que faz um ano que foi feito um pleito, pelo CAP, para que retornasse essa situação ao Porto.

O senhor Paulo Corsi informou que não foi feita antes, pois o Porto estava irregular pela legislação estadual e explicou que o recurso do Porto não está dentro do caixa único e sim segregado.

Foi recomendado o índice proposto, porém, com as seguintes observações constadas no relatório da referida reunião, Ofício nº 112/07 – CAP/PSFS. Ainda em relação ao relatório elaborado, foi solicitado pelos Conselheiros do CAP e pelo Presidente do Porto, que seja retirado o item que condiciona a aprovação do índice de reajuste à permanência dos recursos no caixa da APSFS, para não comprometer o processo de proposta do reajuste, e também porque esta questão já está sendo tratada pela APSFS, paralelamente.

Assim sendo foi homologado, "ad referendum", pelos Conselheiros e pelo Presidente do CAP/PSFS, a proposta da APSFS, de reajuste tarifário do Porto de São Francisco do Sul, gerando a Deliberação CAP nº 113/07.

- **4.2** O engenheiro Geraldo Andrade, contratado pelo TESC, proferiu a palestra sobre "Novas tecnologias em geotecnia aplicadas em áreas portuárias", onde explanou sobre Stabtec, Ringtrac e Geodreno, os quais constituem tecnologias de como solucionar os problemas de aterros em áreas quando se têm ocorrência de solos moles.
- 5 Nada mais havendo a tratar, o senhor Marco Antonio Dechichi agradeceu a presença de todos, também das autoridades, do seu Conselheiro Suplente e do senhor Silvio Varella (ANTAQ Florianópolis). Parabenizou o Presidente do Porto de São Francisco do Sul, na incessante busca de recursos para melhorias no Porto, ao Capitão Ubirajara, por todo o seu esforço, dedicação e empenho nas obras do Porto. Agradeceu a colaboração de todos durante o ano de 2007, na efetivação das reuniões do CAP e marcou a próxima Reunião Ordinária do CAP para o dia 21 de fevereiro de 2008.

Esta ata foi lavrada pela Secretária do CAP, que a assinou e que, depois de lida e aprovada, será assinada também pelos Conselheiros presentes.



FONE: (047) 3471-1277 / 3471-1200 - FAX (047) 3471-1211/ 1260 CEP - 89240-000 - SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

São Francisco do Sul, 06de dezembro de 2007.	
Marco Antonio Dechichi Presidente	Vanessa Costa de Freitas Secretária
Conselheiros:	
Ruidemar Freire da Rocha	Oscar Schmidt Neto
Paulo César Cortes Corsi	José Antonio Emilio
Luiz Philippe A.O. Figueiredo	Johni Richter
Fernando A Rocha Cortez	Milton Rodrigues de Camargo
Hilário W Medeiros	Jorge Henrique C. Sampaio